

## **Paraguay: Llamada por Democracia**

**CSA-TUCA – 25.06.2012**

### **La CSA llama profundizar el rechazo al Golpe de Estado en Paraguay**

Consumada la acción de golpe de estado institucional en Paraguay es hora de generar la mayor presión nacional e internacional para deslegitimar al gobierno que se instauró, luego de la destitución del presidente Fernando Lugo.



No puede quedar en la impunidad la medida adoptada por la oligarquía paraguaya, a través de sus partidos tradicionales, que se valieron de un juicio sumario para poner fin a un gobierno democráticamente electo que intentaba responder a los intereses de la clase trabajadora y del pueblo en general.

La acción de los partidos que dominan la política paraguaya no puede ser aceptada pues representa una conducta antidemocrática, que hiere los principios que han sido conquistados con mucho sufrimiento por el pueblo paraguayo, después de décadas de dictadura y regímenes al servicio de la oligarquía. Es evidente que detrás de esta acción se esconden los intereses más atrasados que han dominado la vida la política y económica del país y que han sido los principales beneficiarios de la apropiación de las riquezas del Paraguay y de la explotación de las clases trabajadoras.

Consideramos que las medidas adoptadas por los gobiernos de MERCOSUR y de la UNASUR, deben ser ampliadas en todos los escenarios internacionales, para aislar al gobierno que se instauró de manera ilegítima y señalar que ese tipo de prácticas no serán aceptadas por la comunidad internacional.

La CSA está en coordinación permanente con sus afiliadas en Paraguay, la CUT Auténtica y la CNT, así como con la Confederación Sindical Internacional (CSI), la Coordinadora de Centrales Sindicales del Cono Sur y las Federaciones Sindicales Internacionales, para implementar las medidas que a nivel sindical serán adoptadas para rechazar este golpe a la democracia en Paraguay.

Finalmente llamamos al sindicalismo internacional a estar atentos a la convocatoria que realizaremos para expresar nuestra solidaridad concreta con el pueblo paraguayo y en contra del golpe de la oligarquía.

## Crise política no Paraguai: um teste para a região?

**\*Carlos R. S. Milani – Carta Capital, 30.06.2012**

A destituição sumária de Fernando Lugo no dia 22 de junho, por meio de julgamento político conduzido e votado pelo Congresso paraguaio em menos de 48 horas, reascendeu os debates acerca dos processos de institucionalização da democracia na América Latina, mas igualmente sobre o papel que podem desempenhar as organizações regionais, mais particularmente o Mercosul e a Unasul, na garantia da ordem democrática sem a ingerência de uma potência externa.

De um lado, alguns analistas têm ressaltado que todo o processo foi aprovado por ampla maioria dos deputados e senadores, como reza a Constituição paraguaia, tratando-se, portanto, de um julgamento ordenado, pacífico e respeitoso da legalidade e das instituições políticas.

**Por outro, muitos têm denunciado o golpe de estado expresso ou o golpe parlamentar que, com forte mediação, poderia se inscrever na série recente de golpes ou tentativas de golpe na América do Sul (Jamil Mahud no Equador em 2000; Hugo Chávez em 2002 e Rafael Correa no Equador em 2010), no Caribe (Jean-Bertrand Aristide no Haiti em 2004) e na América Central (Manuel Zelaya em Honduras em 2009).**



Em artigo publicado no jornal argentino La Nación em 24 de junho, Juan Gabriel Tokatlián chamou esse fenômeno de “neogolpismo”: golpes formalmente menos virulentos, liderados por civis com apoio ou cumplicidade dos militares e mantendo alguma aparência institucional.

No caso do Paraguai, a celeridade processual e o sentido de urgência do julgamento pelo Congresso surpreenderam analistas, diplomatas, políticos e movimentos sociais. Nas comunicações públicas das embaixadas sediadas em Assunção e nos Ministérios das Relações Exteriores nas capitais da região, não parece ter havido capacidade de antecipação do golpe paraguaio. No entanto, um olhar mais atento (embora ex post...) para a realidade doméstica paraguaia nos leva a reconhecer que o tímido governo popular de Lugo se sustentava em fraca coalizão partidária construída entre a Frente Guasú (de esquerda) e o Partido Liberal Radical Autêntico (de Federico Franco) contra o Partido Colorado – partido este que havia governado o Paraguai entre 1947 e 2008, incluindo a ditadura de Stroessner entre 1954 e 1989.

Os desentendimentos entre Lugo e seu vice inviabilizaram, desde o princípio do mandato, o surgimento de um denominador comum quanto às prioridades em matéria de políticas públicas para o desenvolvimento social e de institucionalização da democracia no Paraguai. Foram-se gerando impasses e, pouco a pouco, Lugo tornou-se refém do complexo poderio político e econômico resultante das relações entre oligarquias locais e latifundiárias, empresas transnacionais (como a Monsanto e a Cargill), grupos empresariais, mídia e Igreja Católica. Nada surpreende que o Núncio Apostólico tenha sido um dos primeiros dignitários a terem cumprimentado Federico Franco, logo após a sua posse em 23 de junho.

Conjunturalmente, o estopim para o julgamento de Lugo pelo Congresso foi o conflito agrário de Caraguaty de 15 de junho, quando morreram 18 pessoas durante o enfrentamento entre policiais e militantes de movimentos sociais. Estruturalmente, não podemos esquecer o paradoxo de que o pequeno Paraguai é, concomitantemente, um dos maiores centros de receptação de roubo, falsificação de produtos e contrabando, além de rota importante do narcotráfico. As relações entre a economia subterrânea e segmentos da elite política, no âmbito de uma ordem plutocrática e cleptocrática, parecem poder explicar, pelo menos em parte, como e por que, nesse país com alta concentração fundiária e o IDH mais baixo da América do Sul, o exercício de atividades ilegais se mantém praticamente sem controle ou preocupação das instituições. Um dos articuladores do golpe foi o senador Horacio Cortes, do Partido Colorado, com mandato de prisão expedido nos EUA por envolvimento com o narcotráfico. >>>>

**\*Carlos R. S. Milani é professor e pesquisador do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (UERJ)**

## Crise política no Paraguai: um teste para a região? (cont.)

>>> Do ponto de vista fiscal, é importante lembrar que a incapacidade estatal de recolher impostos, haja vista a carga tributária de apenas 13% do PIB paraguaio, inviabiliza a prestação de serviços públicos. Diante desse quadro, Lugo confrontou os “donos do poder” ao tentar avançar muito modestamente a reforma agrária, ou ainda quando não autorizou o plantio da semente de algodão transgênico Bollgard BT da Monsanto.

O projeto de renda mínima, inspirado no programa Bolsa Família do Brasil, que usaria parte dos lucros de Itaipu a fim de atender 85 mil famílias vivendo em situação de pobreza, foi vetado pelo Congresso. Além disso, Fernando Lugo também enfrentou a oposição contundente do Congresso em matéria de política externa: a indicação pelo Executivo de um embaixador no Brasil somente foi aprovada pelo Senado em março de 2012, após quase quatro anos de governo.

Dificuldades semelhantes ocorreram no processo de ratificação do ingresso da Venezuela no Mercosul. Em termos de políticas públicas, uma pequena porém importante vitória de Lugo merece destaque: o estabelecimento da televisão pública como instrumento de democratização da comunicação social no Paraguai. Ironia da história, com todas as dificuldades encontradas dentro e fora das instituições políticas, Lugo acabou sofrendo processo de impeachment sob o pretexto de “mau desempenho” em suas funções.

E as Forças Armadas? Que papel tiveram? É interessante notar que, em setembro de 2009, o presidente Lugo decidiu não renovar o programa de cooperação militar com os Estados Unidos, assinado durante a presidência de Nicanor Duarte (permitindo a entrada em solo paraguaio de 500 militares norte-americanos com imunidade diplomática para fins de treinamento).

Cerca de um mês após essa recusa, Lugo trocou todo o comando militar. A seguir, em meados de agosto de 2011, houve reunião de 21 generais dos EUA com a Comissão de Defesa da Câmara, com o objetivo de construir base militar que vinha sendo reivindicada pela Unace (Unión Nacional de Colorados Éticos) como meio de contenção das “ameaças bolivarianas”. Lugo recusou-se a aceitar a construção da base norte-americana, porém concordou com a Iniciativa Zona Norte, que garantiu a ampla presença militar dos EUA em programas de combate contra o crime organizado e a participação da USAID em projetos sociais. Aqui se percebe que os interesses estratégicos norte-americanos não estiverem tão ausentes do cenário político doméstico paraguaio que antecedeu o 22 de junho.

Em 25 de junho, durante conferência de imprensa em Washington, a porta-voz do Departamento de Estado, Victoria Nuland, mencionou que os Estados Unidos não consideravam a hipótese de chamarem o seu embaixador em Assunção e que o governo Obama já havia iniciado consultas com países sul-americanos. No dia 26, ela afirmou que os EUA não qualificariam a crise paraguaia como resultante de um golpe de estado, pois os processos constitucionais haviam sido respeitados (“constitutional processes that were followed”). Também enfatizou a necessidade de aguardar a reunião extraordinária do Conselho Permanente da OEA, que ocorreu no dia 26 e decidiu que o Secretário Geral, José Miguel Insulza, deve viajar ao Paraguai e a outros países da região a fim de coletar informações sobre os recentes acontecimentos. Tanto OEA quanto EUA mencionam em seus discursos oficiais a importância das eleições de 2013 no Paraguai, deixando para as entrelinhas do passado o debate sobre o processo sumário de impeachment de Fernando Lugo.

No contexto geopolítico regional, é bem verdade que não houve ingerência direta de Washington logo após o golpe a fim de orientar o comportamento dos principais Estados da região, que foram unânimes em condenar o que alguns chamaram de golpe (Venezuela, Argentina, Bolívia, Equador), precedente perigoso (Brasil) ou de desrespeito ao devido processo (Colômbia, Chile, Peru e Uruguai). (...)

No plano sistêmico, consideramos não menos relevante a ameaça gerada por esse cenário no tabuleiro geopolítico da região: em razão de sua localização territorial, dos reservatórios de água doce que possui, de suas fontes energéticas particularmente importantes para Brasil e Argentina, mas também graças à proximidade das reservas de gás boliviano, o Paraguai pode converter-se em fonte de contenção e desestabilização dos governos de esquerda e centro-esquerda na América do Sul. Esse aspecto, relacionado à instalação de bases militares norte-americanas na região e aos interesses domésticos de grupos oligárquicos e econômicos no Paraguai (e isso se aplica a outros países sul-americanos), poderia conferir ao governo recentemente empossado capacidade de confrontação de seus vizinhos mais poderosos.

## IndustriALL : STOP al trabajo precario

IndustriALL Global Union 20.06.2012



TRES FEDERACIONES MUNDIALES SE UNEN EN UNA SOLA: EJEMPLO PARA LOS TRABAJADORES DEL MUNDO

**FITIM – ICEM – FITTVC , lo que se convertirá a Industri-All  
60' MILLONES DE TRABAJADORES UNIDOS. ¡QUE MACHERA!**

Hoy, las organizaciones afiliadas a IndustriALL Global Union resolvieron trabajar conjuntamente para decir STOP al trabajo precario.

.Esta resolución, que fue aprobada unánimemente durante el segundo día del Congreso de Fundación, fue presentada en forma conjunta por F. Garteks SBSI, Indonesia, la Federación Nacional de Trabajadores del Vestuario de Bangladesh, y por la Coalición de Sindicatos Democráticos de Trabajadores de Prendas de Vestir de Camboya.

Dirigiéndose al Congreso, Elly Rosita Silaban, Presidenta de Garteks, señaló lo siguiente: “La situación de los trabajadores y trabajadoras con empleo precario dista mucho de ser decente. En Indonesia se usan contratos a corto plazo de sólo tres a seis meses, incluso en las cadenas de suministro de empresas multinacionales como Adidas y Nike. Estos trabajadores y trabajadoras perciben sueldos más bajos, menor protección social, están sin prestaciones sociales, y no están amparados por la legislación laboral.”

El trabajo precario va en aumento en todos los sectores que representa IndustriALL. En estos sectores se están reemplazando cargos permanentes y directos con empleos precarios que no tienen futuro. Millones de trabajadores y trabajadoras en empleos precarios se hallan excluidos de la protección de la legislación laboral, de la seguridad social y de planes de pensiones, y viven bajo la amenaza constante de desempleo.

Los sindicatos afiliados a IndustriALL resolvieron apoyar una campaña mundial “STOP al trabajo precario” para poner fin al trabajo precario, que se basa en las campañas actuales encabezadas por la FITTVC, ICEM y FITIM, con el objetivo de promover la igualdad de trato para los trabajadores precarios.

Los afiliados sindicalizarán a los trabajadores y trabajadoras precarios y contribuirán para que se respete el derecho de estos trabajadores y trabajadoras de afiliarse a un sindicato. Apoyarán el trabajo de IndustriALL con otros Sindicatos Mundiales en la campaña mundial contra el trabajo precario.

Los afiliados de IndustriALL movilizarán a sus miembros el 7 de octubre, Día Mundial del Trabajo Decente, en la campaña mundial “STOP al trabajo precario”.





## México: Nace Sindicato Independiente en Flex-N-Gate

**IndustriALL Global Union - 27.06.2012**

El sindicato democrático SITIAFNG nace este domingo 24 de junio, de un contexto de bajos salarios, represión, hostigamiento a los trabajadores, y bajo un sindicato de protección. Por ello este hecho es un momento histórico para los trabajadores y esperan que la organización logre ser reconocida por las autoridades laborales.

**Cerca de 300 trabajadores votaron el pasado domingo 24 de junio a favor de la creación del Sindicato Independiente de los Trabajadores de la Industria de Autopartes de Flex-N-Gate (SITIAFNG). En la asamblea se aprobó el nombre del sindicato, sus estatutos sindicales, y se eligió al Comité Ejecutivo.**



Para sus miembros este es un hecho histórico en la industria automotriz de Puebla, y explicaron que este sindicato democrático nace de un contexto de bajos salarios, represión y hostigamiento a los trabajadores poblanos.

Hace más de seis meses que los trabajadores vienen denunciando violaciones a los derechos laborales en la empresa perteneciente a la multinacional norteamericana que provee a la planta Volkswagen de México y otras empresas automotrices entre las cuales están Chrysler, Nissan, Ford y General Motors. Desde que se instaló FNG en Puebla ninguno de los 700 trabajadores había visto el Contrato Colectivo de Trabajo firmado por la empresa con el "sindicato de protección" de la CTM.

El miércoles 22 de junio de 2012, 500 trabajadores comenzaron un paro de 12 horas en las afueras de la planta en Puebla en contra de los abusos que se viven día a día en la planta y de los despidos injustificados. Sindicatos independientes, entre ellos el sindicato de Volkswagen de Puebla (SITIAVW), el Sindicato de Telefonistas de la UNT (Union Nacional de Trabajadores), los Mineros y los Trabajadores Unidos de la Industria Automotriz de Estados Unidos (UAW) apoyaron concretamente el paro de los trabajadores y se solidarizaron a las afueras de Flex N Gate.

Ante la presión, una paralización de 12 horas, la empresa estableció una mesa de negociación. Los trabajadores solicitaban la reinstalación de cuatro trabajadoras despedidas, la revisión del CCT y el reconocimiento de su derecho a formar un sindicato independiente. La empresa se comprometió a respetar la libertad sindical, no intervenir en la formación de un sindicato, no dar de baja a los trabajadores que forman parte del proceso de formación de la organización sindical, y se comprometió a evitar que se dañe u hostigue los derechos de los trabajadores.

El trabajo del SITIAFNG ahora es lograr ser reconocido ante las autoridades laborales del estado para que se convoque al recuento, por medio del cual los trabajadores confirmen su adhesión al nuevo sindicato y pueden negociar el contrato colectivo. Hay que destacar que el nuevo Estatuto eliminó la Cláusula de Exclusión que presentan los contratos de protección para expulsar de las empresas a los trabajadores disidentes, todo lo contrario el nuevo sindicato se compromete a asegurar la representación de todas las áreas y departamentos de la empresa, que cada compañero conozca su Contrato Colectivo y sus Estatutos sindicales.

La creación del nuevo sindicato democrático ha sido saludado y reconocida por IndustriALL Global Union.

## ICM: Declaración sobre la Cumbre Río+20

### ICM – 18.06.2012

La primera Cumbre Mundial de la Tierra, que tuvo lugar en Río de Janeiro en 1992 fue considerada una señal para el desarrollo sostenible: por primera vez, el medio ambiente y el desarrollo se analizaron en forma conjunta dentro de un amplio marco internacional, que surgió en un concepto de tres pilares del desarrollo sostenible, teniendo en cuenta la sostenibilidad ecológica, económica y social.

Dos décadas más tarde, no ha visto mucho progreso:

Un modelo de crecimiento basado en lo finito, intensidad de los recursos del carbono ha llevado al aumento de los precios de la energía, al agotamiento de los recursos y los daños graves al medio ambiente y el clima en muchos países

Además de la crisis financiera y económica y una crisis estructural en la equidad y la justicia, incluido el aumento de las desigualdades dentro y entre países, así como un aumento de la pobreza y el hambre.

El número de personas muriendo de hambre es mayor en 2002 que en 1992, ha llegado a aproximadamente un billón, a alcanzado su record.

A pesar del número de personas que viven en pobreza extrema se redujo en las últimas décadas, todavía asciende aproximadamente 1,4 billones de personas.

La crisis económica está lejos de terminar. Tenemos más de 200 millones de trabajadores desempleados y en particular los jóvenes y las mujeres sufren la crisis.

Todavía hoy, la población mundial consume más recursos que pueden volver a crecer o renovarse y el crecimiento continuo de la población va a exacerbar esta situación

Desde la Conferencia de Río de 1992, la población mundial ha crecido de 5,5 a 7 billones y está en camino de aumentar a más de 9 billones para mediados de siglo.

La transformación mundial hacia los modelos de desarrollo sostenible es por naturaleza un asunto sindical, tocando el corazón de las preocupaciones sindicales y temas como las múltiples crisis, además de la crisis económica y del medio ambiente incluye también una crisis social, que se expresa en una crisis de empleo global y estructural de un crisis de la justicia.

Llevando en consideración que en la Cumbre de Río+20 de Junio de 2012 se centra en dos temas, en la economía verde en el contexto del desarrollo sostenible y la erradicación de la pobreza y en el marco institucional para el desarrollo sostenible. La ICM, como una Federación Sindical Internacional, exige a los jefes de estado asegurar que la declaración final establezca la ruta para un modelo de desarrollo sostenible que se organiza en una cuestión socialmente equitativo, justo, democrático y transparente.

### Economía Verde

En la vista de la ICM, el concepto actual de la Economía Verde dominado por PNUMA no aborda adecuadamente la dimensión social, pero hace demasiado hincapié en los mecanismos basados en el mercado y las dimensiones ambientales y económicas. Además, podría dar lugar a un green-washing de las actuales estructuras capitalistas en lugar de abordar las verdaderas causas de las múltiples crisis. El camino actual de desarrollo se está formando en los términos del paradigma neoliberal en la que el mercado imperativo anula las iniciativas de la sociedad a vivir en armonía con la naturaleza.

La Conferencia global de la ICM en industrias sustentables ha reunido sindicatos del 11-14 de Junio en Río para participar, debatir y compartir puntos de vista diferentes sobre los desafíos en la construcción, materiales de construcción, la madera y la silvicultura y permanecer firmes en nuestro compromiso con un futuro sostenible.

La conferencia la ICM subraya que las actividades ambientales favorables en el sector forestal y la construcción tienen un enorme potencial para transformar las economías y de esa manera mejorar la protección del clima, crear nuevos empleos, transformar la producción existente y los patrones de consumo y aumentar la sostenibilidad de la sociedad, el trabajo y el medio ambiente. Con el fin de hacer uso del gran potencial en las políticas forestales del gobierno y de la construcción y los mecanismos de financiamiento tienen que ser organizados de una manera para que sean accesibles a la mayoría de la gente. >>>

## ICM: Declaración sobre la Cumbre Río+20 (cont.)

>>> Los trabajadores son unánimes en su opinión de que una transición a una economía de bajas emisiones de carbono tiene que ser justa (Justa transición) e impulsada por los gobiernos democráticos con fuertes regulaciones públicas. Los sindicatos de los sectores de la construcción y la silvicultura en los diversos países deben, al mismo tiempo emprender una campaña rigurosa y desarrollar políticas para garantizar que los empleos verdes sean sostenibles decentes. Campañas con movilizaciones de masas requiere mano de obra para unirse con el resto de la sociedad civil y desempeñar un papel de liderazgo en el desarrollo de alternativas de política pública para que el movimiento de una transición justa sea impetuoso.

### Marco Institucional en el Desarrollo Sostenible

Las actuales estructuras de gobierno mundial para el desarrollo sostenible no son capaces de enfrentar los desafíos en lo que respecta al desarrollo sostenible en el sector forestal y la construcción. Especialmente el PNUMA y la Comisión de Desarrollo Sostenible no han abordado adecuadamente la dimensión social del desarrollo sostenible. La ICM es compatible con una estructura de gobierno con una sociedad inclusiva civil y los sindicatos para el desarrollo sostenible, que es más sensible a la dimensión social, por ejemplo, el trabajo decente, el empleo y la reducción de la pobreza.

### ¿Qué podemos esperar de los jefes de Estado de Río +20?

1. Fondo de alquiler para el Fondo Clima Verde, incluyendo impuesto sobre operaciones financieras (IOF) como una fuente importante.
2. Apenas transición "destinada al trabajo decente y empleos de calidad en la transición para una baja emisión y resistentes al clima de la sociedad.
3. Los Trabajos Verdes son Trabajos Decentes que ofrecen sueldos justos, condiciones laborales de salud y seguridad, excluir a los productos químicos peligrosos como el amianto, reconocidos los contratos de trabajo formales, las expectativas de carrera, y derechos de los trabajadores, incluyendo los estándares laborales como uno de los parámetros para la certificación de los Edificios Verdes.
4. Ampliación y mejora de los conocimientos existentes para la formación profesional a la luz de los nuevos modelos de la tecnología y el uso de materiales, especialmente para los trabajadores migrantes, las mujeres y los jóvenes.
5. Manejar plantaciones sostenibles y los bosques que son un sumidero de carbono natural y también proporcionar empleo a los trabajadores y medios de subsistencia para las comunidades que dependen de ella. Utilizar los sistemas de certificación forestal como herramienta para el logro de los derechos de los trabajadores a la auto-organización y la negociación y en el trabajo además el fortalecimiento de cumplimiento de las garantías sociales de REDD + y las VPA / FLEGT iniciativas en la madera y el sector forestal.
6. Mega eventos de deportes tienen que someterse a evaluaciones sociales y ambientales y la aplicación debe respetar a los trabajadores y los derechos sindicales.
7. Los gobiernos deben introducir normas jurídicamente vinculantes para las empresas multinacionales que respeten los derechos humanos y sindicales, y estén obligados a la responsabilidad social y ambiental en sus actividades.
8. Los gobiernos deben promocionar un dialogo social lo que permita la transformación hacia una economía baja en carbono para lograr efectivamente el desarrollo sostenible y trabajo decente.
9. Esperamos de los gobiernos la renovación de un compromiso político en la Conferencia Río +20 en 2012 para un desarrollo sostenible y las acciones concretas para reducir las desigualdades y promover el trabajo decente en el contexto del cambio climático.

## Solidaridad sindical con los mineros de Río Tinto

**Carlos Bustos Patiño, IndustriAll – 29.06.2012**

Que "bajen a Río Tinto" del podio y velen porque los premiados reciban medallas que enorgullezcan, no medallas que deshonran.

Con profunda preocupación observamos la participación de Río Tinto y su asociación con el Comité organizador de los Juegos Olímpicos y Paraolímpicos (LOCOG) de verano en Londres.

Dicha colaboración contrasta marcadamente con los valores del espíritu olímpico, dado que Río Tinto viola el espíritu olímpico de amistad, solidaridad y juego limpio, como lo demuestra el trato que Río Tinto da a sus empleados, las familias de éstos y a las comunidades.



Río Tinto, además de ser empresa patrocinadora de los Juegos Olímpicos de Londres de 2012, es el proveedor del 99% del metal de las medallas olímpicas, con lo cual mancha las medallas con las reprobables y horribles prácticas laborales de esta empresa y su comportamiento. El oro para las medallas olímpicas procede de una operación minera de Río Tinto en Utah, Estados Unidos de América.

Río Tinto se presenta ante el público y la comunidad de inversores como una empresa minera responsable y ética comprometida con el desarrollo sostenible. Sin embargo, su historial relata algo totalmente diferente. Río Tinto ha sido el blanco de críticas y acciones judiciales por daños al medio ambiente, abuso de los derechos humanos y violación de los derechos laborales en todo el mundo.

He aquí unos cuantos ejemplos del historial de Río Tinto...

Presuntos desalojos forzados de ciudadanos, contaminación de vías acuáticas locales y violación de los derechos humanos en la mina de oro Kelian situada en Indonesia.

Un tribunal chino ha declarado culpables y sentenciado a largas penas de cárcel a ejecutivos de Río Tinto de los cargos de corrupción y robo de secretos comerciales.

Daños al medio ambiente y contaminación en minas de E.E.U.U, en Utah, Michigan y Wisconsin.

Dejado de lado e ignorado a comunidades locales y no respetado el medio ambiente en minas de Namibia, Madagascar y Camerún.

Acusaciones de destrucción masiva del medio ambiente y violación grave de los derechos humanos en la mina Grasberg, Papúa Occidental, Indonesia.

Cierres patronales impuestos a trabajadores de Boron, California, Alma, Quebec en los dos últimos años.

Nuestros sindicatos Colombianos, Afiliados a IndustriALL con más de 50 millones de afiliados en los cinco continentes, en nuestras almas y conciencias, no podemos permitir que la injusticia cometida por Río Tinto se pase por alto y quede sin oposición. Pedimos a los Comités Olímpicos de todas nuestras Naciones que reflexionen sobre estos hechos al preparar, a lo mejor de sus jóvenes atletas que participaran en este noble acontecimiento deportivo. Les instamos a que eleven este importante asunto ante el COI y pedirles que "bajen a Río Tinto" del podio y velen porque los premiados reciban medallas que enorgullezcan, no medallas que deshonran.

Apoyamos plenamente a los trabajadores mineros de Alma, Quebec y tomaremos las medidas necesarias para demostrar nuestra solidaridad y compromiso a fin de velar por que logre una solución a su conflicto sin tardar.



## Colombia: La Owens Illinois contra SINTRAVIDRICOL

**Carlos Bustos Patiño, Coordinador de la ICEM- Rebanadas de Realidad – 08.06.2012**

La Owens Illinois adelanta acciones para acabar con SINTRAVIDRICOL

Esta Empresa Multinacional Norteamericana dedicada a la fabricación de embases de vidrio, monopolio en su género en Colombia, viene implementando de manera sistemática acciones tendientes a reemplazar a sus trabajadores sindicalizados y con estabilidad plena, por trabajadores tercerizados con la tendencia a acabar con el Sindicato.

Por estos motivos el sindicato nacional de trabajadores de la industria del vidrio y afines de Colombia SINTRAVIDRICOL, afiliado a la ICEM, ha denunciado ante la opinión pública y el sindicalismo nacional e internacional, esta arremetida contra la estabilidad de los trabajadores y la organización sindical, por parte de esta compañía, en la planta de Cogua Cundinamarca, la más grande del País.

Además de esto ha iniciado el despido de los trabajadores que van a cumplir los 10 años, asume represalias contra los trabajadores, que haciendo uso de sus derechos, instauran querrelas administrativas, violando de esta manera la libertad sindical.

En nombre de los 52 millones de trabajadores que agrupa el proceso de fusión de ICEM-FITIM-FITIVC, (IndustriALL) en el Mundo, estamos denunciando la mala intención de esta Multinacional, para acabar con el libre derecho de asociación y dejar sin empleo a un buen número de Colombianos.

Solicitamos muy especialmente a nuestros afiliados en los Estados Unidos de América, GMC y USW , para que nos apoyen haciendo una denuncia directa ante la casa matriz de la Owens Illinois, en Norte America, que permita el cese inmediato de las acciones tendientes a acabar con el Sindicato y a nuestros compañeros de Sintravidricol les decimos que cuenten con nosotros en las acciones que tengan que adelantar en defensa de sus intereses y derechos y llamamos al resto del movimiento sindical nacional e internacional, a la opinión pública y a sus organizaciones sociales, a que nos apoyen en este conflicto.

Solicitamos a todos pronunciarse, enviando notas de protesta y exigiendo el respeto por el derecho al trabajo y la estabilidad laboral, a JUAN MANUEL POSADA PINZON, Director de Recursos Humanos Planta de Cogua [juan.posada@i-com](mailto:juan.posada@i-com) a RICARDO TORRES LOPEZ. Gerente Relaciones Laborales [Ricardo.torres@o-i.com](mailto:Ricardo.torres@o-i.com) con copia a SINTRAVIDRICOL SECCIONAL COGUA [Sintravidricol@yahoo.com](mailto:Sintravidricol@yahoo.com) y a la ICEM [icemcol@hotmail.com](mailto:icemcol@hotmail.com).

## Paraguay: Justicia para ex trabajadores de Itaipú

**ICM Rebanadas de Realidad – 07.06.2012**

Dos mil personas se manifestaron la semana en el Alto Paraná en reclamo por el no pago de beneficios a ex trabajadores paraguayos que construyeron en ese momento la hidroeléctrica más grande del mundo. La demanda lleva 23 años ininterrumpidos.

La protesta fue acompañada por el Sindicato de Obreros de la Construcción Civil y Afines del Alto Paraná (SOCCAP), afiliado al SINTRAICGMA y la Comisión Nacional de Derechos Humanos (CONDEH) demanda el pago de vales de alimentación, pago por antigüedad, vacaciones adicionales, productividad y adicional por desarraigo que fueron pagados a todos los trabajadores brasileños, "no así a los trabajadores paraguayos".

La Hidroeléctrica Itaipú es una empresa binacional entre los Estados de Paraguay y Brasil, en su frontera sobre el Río Paraná. Su funcionamiento se rige a través de un tratado suscrito entre ambos países. Según información de prensa, existen 6 mil ex trabajadores de la binacional.

Según un informe presentado por los manifestantes, la entidad debe pagar a cada uno de los ex funcionarios unos G. 3.500.000 mensuales, de acuerdo a los años trabajados. Los trabajadores portaban pancartas alusivas a sus reclamos y la bandera de la ICM, a la que pidieron solidaridad ante sus reclamos.

## **Colombia: Domesa S. A. intimida a los trabajadores**

**José Euclides Pulido García, Presidente SINTRADOMESA - 29.06.2012**

Desde el Sindicato Nacional de Trabajadores de DOMESA DE COLOMBIA S.A., SINTRADOMESA-nos permitimos poner en conocimiento de la opinión pública, de las Centrales Obreras, de las organizaciones sindicales nacionales e internacionales, que desde que se fundó el sindicato la empresa ha tomado represalias con los compañeros afiliados a la organización sindical y amedrenta a los trabajadores no sindicalizados infundiendo temor para que no se afilien, tuvimos un caso en la ciudad de cali donde la empresa despidió a 5 compañeros que pretendían pertenecer a la organización y en la ciudad de Neiva fue despedida la compañera Blanca Ligia Gaitán Reyes sin justa causa violando el derecho de libre asociación y al estar la empresa en un conflicto laboral no puede despedir a ningún compañero DOMESA DE COLOMBIA S.A. no quiere negociar el pacto colectivo presentado por el sindicato desde que se les presento el pacto la empresa está usando evasivas y dilatando la negociación colocando unos argumentos donde nos informan que la empresa está en quiebra pero para comprar la mesa directiva del sindicato si hay plata , pagar abogados y demás ,y es así que se agotaron todos los recursos permitidos por la ley ahora solo nos queda que los trabajadores decidan por la huelga o el tribunal de arbitramento.

De esta forma DOMESA DE COLOMBIA S.A., viola desconoce las libertades sindicales, de organización y negociación colectiva y las garantías sindicales contemplados en los Art. 38 y 39 de la Constitución Política de Colombia, los Art. 353 y 354 del Código Sustantivo del Trabajo, el Art. 200 del código penal y los convenios 87 y 98 de la OIT.

Llamamos a todas las organizaciones sindicales, de base, de industria, de carácter nacional e internacional, a las centrales obreras, a las ONG, a las escuelas sindicales y de derechos humanos, para que denuncien la actitud de MULTINACIONAL DOMESA S.A., el ámbito local, nacional e internacional.

## **Amenazas de muerte contra dirigentes de la USO**

**Por Igor Díaz López, Presidente SINTRACARBON –25.06.2012**

Sintracarbón, organización sindical que agrupa a los trabajadores de la industria del carbón en Colombia, rechaza de manera enérgica y contundente las amenazas de muerte de las cuales han sido objeto compañeros dirigentes de la Unión Sindical Obrera de la Industria del Petróleo (USO), histórica organización hermana que ha librado desde siempre importantes luchas sindicales en ese sector y para beneficio de una importante masa de trabajadores. Lastimosamente sigue siendo una constante en nuestro país, que la actividad sindical sea perseguida y se atente contra la integridad física y moral de quienes la ejercemos.

Hoy, de nuevo, estamos ante una amenaza de muerte del compañero presidente de la USO, Rodolfo Vecino Acevedo, a quien le hicieron llegar un correo electrónico y en cual involucran a él y a su familia. Estas perversas amenazas aparecen luego de la participación del compañero Rodolfo en la asamblea de la Organización Internacional del Trabajo (OIT), donde profirió denuncias por violación de los derechos humanos y laborales en Ecopetrol y en las multinacionales que explotan el petróleo en Colombia, entre ellas Pacific Rubiales.

Asimismo, por otros medios fueron también amenazados los compañeros líderes sindicales de esa misma organización sindical, John Alexander Rodríguez Quintero y Ludwing Gómez, activista y dirigente sindical, respectivamente, de la USO Barrancabermeja. Las informaciones precisan que estas amenazas se producen luego que el compañero John Alexander denunciara en un mitin, en el Distrito de Producción del Centro en Barrancabermeja, el despido de los compañeros Joaquín Padilla y Wilmer Hernández (Subdirectiva USO Cartagena), la creación de una empresa de transporte de crudo que avanzará en la privatización de Ecopetrol y la violación a los derechos laborales de los contratistas de empresas petroleras.

SINTRACARBON, exige al gobierno central y a la empresa Ecopetrol, la más grande del país, proteger la vida de estos compañeros amenazados y de todos los directivos sindicales en Colombia. Es necesario, una política clara del respeto a la vida y que el ejercicio sindical en Colombia sea respetado; más por quienes vienen a saquear nuestros recursos naturales. A las autoridades investigadoras, les pedimos que aceleren su proceso de investigación para determinar de dónde provienen dichas amenazas y que los responsables les caiga el peso de la ley.

## Vale do Rio Doce en la Cumbre de los Pueblos

**Erika González - ALAINET – 20.06.2012**

Las luchas frente a transnacionales en la Cumbre de los Pueblos: el caso de la Vale Do Rio Doce

El día anterior al inicio de la Conferencia oficial de las Naciones Unidas Río+20 ha tenido como tema central las transnacionales. Por un lado, el evento oficial del Grupo Negocios e Industria de la ONU "Día de Acción de los Negocios para el Desarrollo Sostenible", es un espacio creado para impulsar las alianzas público privadas.

A través de lo que la ONU llama acciones clave para una acción colaborativa entre empresas, gobiernos y ONG se construye la legitimación de las compañías para su expansión a sectores, servicios y territorios no mercantilizados todavía. Es decir se ha construido el espacio perfecto para el desarrollo de lobby por parte de las compañías multinacionales en el marco de la Conferencia de Río +20.

En este mismo día también han convocado centenares de organizaciones campañas y movilizaciones para denunciar y reivindicar el fin de la impunidad de las transnacionales en la violación de los derechos humanos que cometen. En la mañana se lanzó la "Campaña Global contra el Poder Corporativo" en la Cumbre de los Pueblos en Río de Janeiro y en la tarde ha tenido lugar una marcha multitudinaria contra las empresas transnacionales que ha terminado a los pies de la sede de la corporación Vale do Rio Doce. Y es que si se tuviera que reseñar algún caso concreto en esta jornada sin duda sería el caso de esta compañía brasileña.

Vale ha sido una de las patrocinadoras del Día de Acción de los Negocios y en la agenda de este señalado Día el director de la empresa ofrecía su visión sobre el desarrollo sostenible. Pero al igual que el representante de la Vale, una directiva del Santander Brasil hacía lo propio disertando sobre su visión del desarrollo sostenible, igualmente DuPont habló sobre la sostenibilidad en la agricultura y BHP Billinton, Anglo American y la propia Vale analizaron su contribución de la minería y la industria metálica en el desarrollo sostenible y la economía baja en carbono. Y a partir de esta imagen de interés y preocupación por el desarrollo sostenible realizan un trabajo de relaciones sociales con sus grupos de interés: las propias Naciones Unidas, sindicatos, ONG...

Este evento no se ha quedado sin respuesta, en el lanzamiento de la "Campaña Global contra el Poder Corporativo" participaron redes y organizaciones de todo el mundo: Articulación Internacional de Afectados por Vale, la Vía Campesina, la Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas, la Confederación Sindical de las Américas, Amigos de la Tierra Internacional y Enlazando Alternativas, entre otros. Todas ellas denunciaron con contundencia la violación sistemática de los derechos humanos por parte de estas compañías y su impunidad. Pero también reivindicaron y celebraron la lucha que llevan en sus redes y las resistencias que están sosteniendo frente a las transnacionales. Finalmente, todas las organizaciones y redes presentes reafirmaron la necesidad de articular una campaña como la propuesta para aunar fuerzas en la reivindicación de un modelo económico distinto donde no se prioricen los intereses y los beneficios de las grandes multinacionales. Se puede tener más detalles de esta presentación en el artículo "Las mayorías de la Cúpula dos Povos lanzan una campaña contra la impunidad de las transnacionales"

Pero habría que destacar especialmente la marcha contra las transnacionales que tenía a la empresa Vale como principal actor denunciado por la violación de derechos humanos. La marcha se inició tras finalizar la primera asamblea general de la Cumbre de los Pueblos y atravesó diversas calles hasta llegar a la sede principal de la empresa Vale do Rio Doce. Más de mil personas procedentes de prácticamente todo el mundo, sobre todo brasileñas pero también paraguayas, bolivianas, peruanas, argentinas, mozambiqueñas, surafricanas, filipinas, europeas... marcharon encabezadas por una batucada del movimiento feminista que continuaba con las diferentes redes donde los y las manifestantes coreaban con fuerza lemas de denuncia y de resistencia frente a las transnacionales y al sistema que les da poder.

La marcha se convirtió en concentración a los pies del alto edificio de la compañía Vale, allí con un camión se ofreció la megafonía para representantes de movimientos y organizaciones que luchaban por la defensa de los derechos humanos y laborales violados por esta empresa brasileña, pero también por otras compañías como Repsol, Syngenta, Shell, etc. Y todas ellas tenían un grito común ¡Globalicemos la lucha, globalicemos la esperanza!

## México: Arremetida de Femsa contra sus trabajadores

**Roberto Martínez, Secretario General - Rebanadas de Realidad – 18.06.2012**

El pasado fin de semana, en Puebla (México), nuestra conocida Femsa despidió a 400 trabajadores, e inmediatamente, los volvió a contratar en condiciones radicalmente desfavorables. Los perjudicados perdieron en la redada empresarial, lo acumulado durante diez años de labores en antigüedad, vacaciones, seguridad social, derechos pensionales y demás. En tiempo récord se asaltaron los derechos laborales, en aras del “mantenimiento de los puestos de trabajo en la crecida de las dificultades” y demás monsergas con las que las multinacionales justifican sus tropelías.

Tan grave como el despojo resulta el aval concedido por las fuerzas sindicales representadas en la FROC-CROC, -organismos sindicales mexicanos- que sin ningún reparo bendijeron el atropello calificándolo como algo normal, pese a la ilegalidad jurídica de los actos de Femsa. Los mismos trabajadores caídos en desgracia, llevados por la influencia de estas costras sindicales, apenas musitaron algo de inconformismo y se comprometieron a no realizar protesta alguna para no comprometer su estabilidad.

Hace algún tiempo Femsa nos formuló invitaciones para que representantes de Usitrag y de Sico viajáramos a la hermana República de México, “para conocer la cultura azteca y las envidiables relaciones laborales que allá cultivan empresa y sindicatos”. Por íntimas convicciones, desestimamos el ofrecimiento, conociendo la suerte de las organizaciones que se postran ante los halagos económicos de los patronos y el mal ejemplo de dirigentes que se apartan de la historia de sus compañeros para proclamarse “familiares y allegados” de los dueños de las empresas.

La denuncia de los hechos realizada, curiosamente, por medios empresariales y sociales, nos permitió refrescar nuestro conocimiento sobre el inmenso poder de la multinacional: un mercado de 184 millones de consumidores en 9 países de América Latina; una red de 1.5 millones de puntos de venta y 70 marcas de bebidas, 1.700 millones de cajas comercializadas por año (datos anteriores a 2012). La estructura de la multinacional nos permite colegir que muy pronto, y con base en los mismos manidos argumentos, nos tocará afrontar idénticas situaciones, ante lo cual debemos perseverar en la consolidación de la fuerza sindical consecuente, que no vacile en la defensa de nuestros derechos. Lo que hay que aprender del pueblo mexicano es la tradición de lucha de sus patriotas por la soberanía y la recuperación de su entorno geográfico, arrebatado progresivamente por el gobierno de EEUU desde 1848.

¡DEFENDAMOS NUESTROS DERECHOS SIN ANARQUISMOS Y SIN PATRONALISMOS!

## Trabajadores protestan contra Telefónica del Perú

**Sindicato Unitario de Trabajadores De Telefónica Del Perú (SUTTP) – 15.06.2012**

El pasado 06 de Junio en una actividad deportiva promovida por la transnacional española, los trabajadores que participaron en dicho evento, decidieron manifestar su rechazo a la política laboral de Telefónica.

**Trabajadores exigen la solución al Pliego de Reclamos presentado en Octubre del 2011.**

**Con polos y pancartas exigieron a los altos funcionarios solucionen el Pliego de Reclamos presentado hace mas de 6 meses por su organización sindical el Sindicato Unitario de Trabajadores de Telefónica del Perú (SUTTP).**



Los trabajadores vienen exigiendo una redistribución más justa de las ganancias de Telefónica, lo que se traduce en aumentos salariales y mejores condiciones de trabajo.



## **Brasil: Sindicato ameaça ir à OIT contra Alcoa**

### **Leone Farias - Diário do Grande ABC**

O Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá ameaça denunciar a fábrica de produtos de alumínio Alcoa, de Santo André, à OIT-Brasil (Organização Internacional do Trabalho) por práticas antissindicais, em desrespeito à Convenção 98 da OIT, que trata do direito de organização e de negociação coletiva.

Segundo o presidente do sindicato, Cícero Firmino, o Martinha, alguns exemplos de práticas antissindicais adotadas pela empresa são exigir que grupos de trabalhadores gravem declarações de apoio à direção da fabricante, filmar as assembleias para retaliar quem votar contra os interesses da companhia e atrapalhar os atos realizadas pela entidade sindical na porta da fábrica.

Atualmente, Martinha diz que a empresa se nega a negociar a PLR (Participação nos Lucros e Resultados). Ele acrescenta que a Alcoa quer impor benefício proporcional ao salário nominal, enquanto os trabalhadores defendem valor fixo a todos, independentemente do cargo e do salário. Pela proposta da Alcoa de 2,5 salários nominais, os operários correm o risco de não receber nem o equivalente a um salário porque as metas definidas pela fábrica não são atingidas, diz o sindicalista.

A companhia informou que não se pronunciaria a respeito dessas questões, pois não foi notificada pela OIT

## **Após incentivo, Volks cancela paralisação no ABC**

### **Terra – 01.06.2012**

A Volkswagen não vai mais interromper temporariamente a produção na fábrica de São Bernardo do Campo, no ABC paulista, segundo informação publicada pelo jornal Folha de S.Paulo nesta sexta-feira. A paralisação estava prevista para a próxima semana, com o objetivo de reduzir os estoques diante de uma queda nas vendas em abril.

De acordo com a publicação, a montadora também vai retomar a produção às sextas-feiras - desde maio os trabalhadores faziam jornada de "semana curta". A retomada da produção estaria ligada ao crescimento das vendas no último final de semana, que teve feirões com Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) reduzido.

## **Petroleiros baianos realizam I Congresso**

### **CNQ – 30.06.2012**

O Sindicato dos Petroleiros da Bahia – Sindipetro – realiza neste fim de semana (30 e 1º de julho) o 1º Congresso dos Trabalhadores petroleiros do estado da Bahia - Sistema Petrobras e empresas privadas, no Hotel VilamarAmaralina. A abertura acontece às 9h, com a presença de representantes de entidades nacionais e estaduais - FUP, CNQ, CUT, CTB Fundacentro, Ministério Público do Trabalho, IPEA, Dieese, entre outros - parlamentares e lideranças sindicais.

A comissão organizadora do congresso estima que cerca de 300 delegados eleitos, representando os mais de nove mil associados do Sindipetro, participarão do evento que já tem 48 teses inscritas, abordando temas como "Sindicalismo e Organização Sindical", "Benefícios, Seguridade, Políticas Sociais e Organização dos Aposentados e Pensionistas", "Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Novas tecnologias" e "Organização do Setor Privado e dos Trabalhadores terceirizados".

A novidade do 1º Congresso dos Petroleiros é o espaço reservado aos participantes que tem filhos; uma creche abrigará menores de 12 anos, em tempo integral, com serviço de acompanhante e recreação. No domingo (1º), após a plenária final, será oferecido um jantar de confraternização no próprio hotel.

## **Brasil: GM abre mais um plano de demissão voluntária**

**Agência Estado – 23.06.2012**

Montadora anunciou na sexta-feira a abertura de um novo Programa de Demissões Voluntárias (PDV) na fábrica de São José dos Campos, o segundo em menos de um mês

A General Motors (GM) anunciou nesta sexta-feira a abertura de um novo Programa de Demissões Voluntárias (PDV) na fábrica de São José dos Campos, interior de São Paulo, o segundo em menos de um mês. O anterior, encerrado há uma semana, teve 186 adesões, número considerado insuficiente pela montadora.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos local, Antonio Ferreira de Barros, diz que "não há motivos para a GM continuar demitindo". Para ele, não existe mão de obra excedente na fábrica e as vendas do setor automotivo deram um salto de 20% após a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) concedida pelo governo federal.

"As vendas de carros passaram de 13 mil para 16 mil unidades por dia", afirma o sindicalista. Ele ressalta que a GM vive um de seus melhores momentos no País. "No mês passado, ela vendeu mais que a Volkswagen, e só perdeu para a Fiat."

"A GM está usando o dinheiro conseguido com a redução de impostos para financiar as rescisões", afirmou Barros. "Além disso, os cortes vão sobrecarregar ainda mais os trabalhadores que continuarem na fábrica."

A montadora não comentou as declarações do sindicalista nem informou quantas adesões pretende atingir com o PDV. Em nota, disse que decidiu prorrogar até 2 de julho o PDV para todos os trabalhadores da produção na unidade.

A montadora informou que também abriu um PDV na fábrica de São Caetano do Sul, no ABC paulista, atendendo a solicitação do Sindicato dos Metalúrgicos local. "Negociei a abertura do programa porque fui cobrado por muitos trabalhadores aposentados que querem ir embora", disse Aparecido Inácio da Silva, presidente do sindicato.

Outra medida tomada pela montadora foi o fechamento do segundo turno do setor que produz os modelos Corsa, Zafira e Meriva na fábrica de São José dos Campos (SP). A ação atingiu mais de 550 trabalhadores, que foram remanejados para outras áreas, como o recém-implantado terceiro turno da picape S10. As informações são do jornal "O Estado de S. Paulo".

## **Sindicato quer explicações sobre demissões na Embraer**

**Vnews – 05.06.2012**

De acordo com os representantes da categoria, desligamentos podem acontecer nos próximos dias. Empresa nega a informação.

Os funcionários da Embraer vivem um clima de apreensão nas últimas semanas. Tudo por conta dos rumores de que a empresa poderia fazer uma série de demissões nos próximos dias. O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos enviou nesta terça-feira (5) um ofício ao prefeito Eduardo Cury, ao ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, e ao presidente da Embraer, Frederico Curado, solicitando que sejam tomadas iniciativas para esclarecer os rumores dos deligamentos.

De acordo com informações do sindicato, há três semanas "surgiram" informações extra-oficiais, vindas de dentro da fábrica, de que a empresa estaria fazendo uma reestruturação gerencial que poderia resultar em demissão em massa. De acordo com nota divulgada pelo Sindicato, os trabalhadores estão em clima de tensão, visto que os mesmos rumores antecederam a demissão de 4.273 pessoas em fevereiro de 2009, no auge da crise financeira mundial.

O vice-presidente do sindicato, Herbert Claros, conversou com o VNews, por telefone, e esclareceu que logo que os boatos tomaram grandes proporções entre os funcionários, uma carta foi enviada para a empresa no dia 17 de maio e uma reunião marcada para o dia 25. Segundo Claros, ao relatar a situação, a empresa negou que faria cortes. O VNews entrou em contato com a assessoria de imprensa da Embraer, que reiterou a posição que foi dada ao sindicato, de que não haverá demissões na empresa. E disse ainda, que o panorama era totalmente diferente em 2009, quando mais de 4 mil trabalhadores foram desligados.

## Colombia: Foro Impactos de la Megaminería en la Guajira

### SINTRACARBÓN – 11.06.2012.

Declaración final - "La Guajira le dice no al desvío del río Ranchería, al proyecto minero sobre el manantial Cañaverales y al nuevo régimen de regalías"

Esta es la principal conclusión del Gran Foro sobre los Impactos de la Gran Minería del Carbón, que se realizó en Riohacha, Guajira los días 7 y 8 de junio de 2012; basada en la filosofía del pensamiento tradicional de sus pueblos indígenas que considera la intervención física del río como una violación al espacio sagrado de todos los guajiros.

En el evento, que contó con la asistencia de más de 600 personas, se hicieron presentes dirigentes políticos de la región, parlamentarios de la guajira, representantes de la Universidad de La Guajira, dirigencia nacional del polo democrático alternativo y el partido liberal, la alcaldía de Riohacha, expertos en temas mineros, delegados de organizaciones sociales nacionales y de la región, autoridades indígenas, negritudes, representantes de las empresas multinacionales, gremios de la gran minería y organizaciones sindicales. La representatividad política y social presente, al unísono en unidad de criterios, se manifestó en contra de la desviación de 26.5 km del emblemático río Ranchería.

De igual manera las comunidades a través de sus organizaciones, sindicales, indígenas, negritudes, estudiantes, ambientalistas, cívicas, llamaron a la unidad y resistencia civil de todo el pueblo de La Guajira, que en sus diferentes expresiones, manifestaron su decisión indeclinable de oponerse a la expansión de la gran minería que arrasa las costumbres y los medios de vida, así como la soberanía nacional.

Los asistentes rechazaron los proyectos actuales de las transnacionales Cerrejón y CCX de expansión y explotación respectivamente, así como la afectación de los recursos hídricos y al medio ambiente, reflejando el grado de compresión y convicción que la sociedad guajira, en todas sus expresiones, tiene frente a los impactos negativos que tendría la desviación del río Ranchería y la explotación en las inmediaciones del manantial de Cañaverales.

Como propuestas que resultaron de este Foro resaltamos:

1. Convocar a una gran marcha el 1 de agosto de toda la población guajira, para rechazar el desvío del río ranchería, la afectación del manantial y el nuevo régimen de regalías y la locomotora minera del gobierno de santos y exigir al Gobierno Nacional a que se abstenga de expedir las licencias ambientales que legalizan el desastre ecológico y económico que causaría la implementación de estas acciones contra nuestro territorio.
2. Convocar a todo el pueblo de La Guajira a la expedición por el río Ranchería, desde la laguna Chirigua hasta el delta del Riito, entre el 16 y el 20 de agosto, por iniciativa del pueblo wayuu ribereño.
3. Trabajar por la unidad entre las comunidades, subregiones y comarcas con base en su derecho a la autodeterminación y la protección de su diversidad cultural.
4. Carta pública al presidente de la República y a los presidentes de CERREJÓN y MPX, expresando el rechazo del pueblo de La Guajira al desvío del río Ranchería, a la afectación del manantial de Cañaverales y al nuevo régimen de regalías, con la firma de todos los sectores y fuerzas vivas del departamento, incluyendo a sus dirigentes políticos.
5. Invitar a todas las organizaciones y comunidades que aún no se encuentran representadas en el Comité Cívico en defensa del río Ranchería, el manantial de Cañaverales y las regalías, para que integren el mismo y fortalezcamos la defensa colectiva de nuestros territorios y nuestras aguas.
6. Promover un gran festival artístico y cultural para resaltar la gran riqueza hídrica y ambiental de La Guajira y consolidar la relación armónica y sustentable con la naturaleza.
7. Crear en las redes sociales paginas y acciones virtuales que multipliquen el apoyo regional y nacional para la protección del río Ranchería y el manantial de Cañaverales.
8. Impulsar la discusión abierta sobre la vocación productiva del departamento y las maneras de generar una economía autónoma con actividades diferentes a la minería.
9. Convocar a la Asamblea Departamental, a los alcaldes, los Concejos Municipales, para implementar estrategias locales en defensa del río Ranchería, del manantial de Cañaverales y las regalías, organizando foros municipales en los que se difundan los riesgos de la mega minería y de los proyectos específicos que hoy amenazan nuestro territorio.

## México: Tribunal Internacional de Liberdade Sindical

**Luiz Salvador – 11.06.2012**

Advogado trabalhista e previdenciário, Ex-Presidente da ABRAT, Pres. da ALAL, Repres. Bras. no Depto. de Saúde do Trabalhador da JUTRA, assessor jurídico de entidades de trabalhadores, membro do DIAP e do corpo de jurados do TILS (México)

### **TILS edita nova Resolução contra Governo Mexicano por manutenção das continuadas práticas de violações sindicais**

[Um informe importante. A questão da violência sindical está presente em grande parte dos países, apesar da legislação protetora vigente na legislação nacional como na internacional. Diante da prática insuportável que vem ocorrendo no México de violações a direitos fundamentais dos trabalhadores e práticas antissindicais, instalou-se no México o TILS, Tribunal Internacional de liberdade sindical, onde se editou diversas resoluções, condenando o governo mexicano pelas violações e desrespeitos à legislação nacional e internacional. Agora em maio de 2012, o Tribunal em nova sessão editou nova resolução que transcrevo abaixo e que se encontra inserida no Blog da ALALINCLUDENTE:

O TILS também aprovou sua transformação em TRIBUNAL PERMANENTE PARA AS AMÉRICAS, doravante...

Diante da urgência e da falta de definição do TILS que até então tinha atuado apenas para as questões sindicais ocorrentes no México, o movimento sindical e social decidiu por instalar na Colômbia um outro tribunal para apuração das denúncias de violências então ocorrentes na Colômbia e que se chamou TMLS – Tribunal Mundial de Liberdade Sindical, cujas notícias a ADITAL já as divulgou...

Compartilho com a ADITAL a última resolução do TILS que acaba de ser editada no México, maio de 2012, como decorrência das continuadas práticas de atos antissindicais no México, decisão esta que está sendo encaminhada a público, às autoridades nacionais e internacionais e à imprensa.

Um renovado abraço fraterno e cordial do

Luiz Salvador – Presidente da ALAL – Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas (<http://www.alal.com.br> ).

TILS edita nova Resolução contra Governo Mexicano por manutenção das continuadas práticas de violações sindicais

### **Pelas continuadas violações ao livre exercício da liberdade sindical, reuniu-se em nova sessão o TILS**

Por Luiz Salvador

Cidade do México.

De 28 de abril a 03 de maio de 2012, reuniu-se o Tribunal Internacional de Liberdade Sindical para exame do atual quadro de denúncias das continuadas práticas antissindicais no México e após a realização de Sessão Pública de ouvida de denúncias e colheitas de provas, o Tribunal emite Resolução condenando o governo mexicano por suas reiteradas violações ao Direito Sindical, desrespeitando-se tanto as normativas nacionais como as internacionais. A decisão proferida está sendo divulgada na imprensa, bem como está sendo encaminhada aos diversos setores, quer da sociedade civil organizada, como também a setores públicos, Executivo, Legislativo, judiciário, como também a organismos internacionais, tais como OIT/ONU, dentre outros.

**Leia (em espanhol) a íntegra da Resolução do TILS 2012**



## Argentina: Referendo impide minería a cielo abierto

Natasha Pitts, Adital – 05.06.2012

Por medio de referendo, población consigue impedir minería a cielo abierto en Neuquén

**La población de Loncopué, en Neuquén, Argentina, logró una importante victoria esta semana. En un plebiscito vinculante realizado el domingo (3), la población dijo "no" a la minería a cielo abierto, impidió la concentración de explosivos y el mantenimiento de un mineroducto en las ocho mil hectáreas de jurisdicción de Loncopué.**



El 70% de la población apta para votar fue a las urnas. De ellas, el 85% (2.125) dijeron "no" a la explotación minera en gran escala, contra el 15% (318), comprobando el intenso apoyo al Decreto 1054/12, que impide la explotación minera en el área urbana. Bastaba con que sólo 540 votantes apoyaran el Proyecto de Iniciativa Popular para que los proyectos de megaminería fueran definitivamente eliminados y a otros se les impidiera su instalación en la región.

La votación transcurrió con normalidad. El clima sólo cambió después de la divulgación del resultado del plebiscito. Para celebrar, la población organizó una fiesta.

Con este resultado, no se permitirá la instalación de proyectos mineros en la región y se impedirá el proyecto de explotación de cobre en Campana Mahuida.

"Ganó el pueblo, que decidió elegir su futuro. Y ese futuro dice 'no' a la megaminería, dice 'no' a las patotas del Gobierno, dice sí a la vida", celebró una emocionada Viviana Vaca, integrante de la Asamblea de Vecinos Autoconvocados de Loncopué (AVAL) en entrevista al medio de comunicación lavaca.org.

El resultado desagradó al Movimiento Popular Neuquino (MPN), que está al frente del gobierno. Hace más de un año el MPN intentaba impedir la realización del plebiscito. La última jugada fue hecha por la Corporación Minera de Neuquén (Cormine), que representa al gobierno provincial. La Cormine presentó un recurso en el Tribunal Superior de Justicia (TSJ) de Argentina pidiendo la cancelación del referendo.

A pesar de la presión política contra la realización de la contienda, las organizaciones populares y los pueblos Mapuches de la comunidad de Mellao Morales, principales defensores de la iniciativa, salieron victoriosos en la batalla. Quien también apoyó el derecho a elección de los neuquinos fue el premio Nóbel de la Paz Adolfo Pérez Esquivel; la intendente Marita Villone, del MPN; y los concejales kirchneristas Gerardo Nisenbaum y Carlos Camargo, que decidieron ir en contra del Movimiento Popular Neuquino.

La población de Loncopué está haciendo historia en las luchas contra la megaminería. Las organizaciones populares locales, en otras dos ocasiones, consiguieron impedir la instalación de empresas mineras. La primera en ser expulsada fue la canadiense Golden Peaks y la segunda fue la china Metallurgic Construction Corporation (MCC).

Lea también:

**Organizaciones comunitarias y pueblos indígenas reivindican realización de referendo antiminerario**

Traducción: Daniel Barrantes – barrantes.daniel@gmail.com

## Indústria do aço lucra com escravidão e desmatamento

Repórter Brasil – 12.06.2012

### Estudo denuncia como indústria de ferro e aço lucra com escravidão e desmatamento

Relatório aponta que 60% do carvão vegetal utilizado vem de matas nativas e não de reflorestamento. Exploração de trabalhadores marca produção nacional



A produção de ferro-gusa e aço no Brasil tem em sua base problemas graves que precisam de soluções urgentes e mudanças drásticas. É o que aponta o estudo "Combate à devastação ambiental e ao trabalho escravo na produção do ferro e do aço", feito pelas organizações Repórter Brasil e Papel Social, a pedido de WWF-Brasil, Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, Rede Nossa São Paulo e Fundación Avina. O documento, resultado de mais de dois anos de pesquisas, foi apresentado terça-feira, dia 12, durante a Conferência Ethos Internacional, em São Paulo (SP).

[Clique aqui para obter uma versão digital em PDF.](#)

Com exemplos detalhados e bem documentados, o estudo apresenta problemas recorrentes no setor com especial atenção para o desmatamento e os impactos provocados na Amazônia, Pantanal e Cerrado, bem como para os casos de flagrantes de escravidão, que afetam principalmente trabalhadores pobres sem alternativas de emprego e renda.

Pesquisas de campo realizadas em Brasília (DF), Montes Claros (MG), Rio Pardo de Minas (MG), Várzea da Palma (MG), Sete Lagoas (MG), Belo Horizonte (MG), Conceição do Pará (MG), Campo Grande (MS), Aquidauana (MS), Marabá (PA), São Luís (MA), e Imperatriz (MA) permitiram não só traçar e demonstrar a ligação direta entre algumas das principais fabricantes de ferro e aço do país com a produção de carvão clandestino, como também detalhar mecanismos comumente utilizados para driblar a fiscalização.

Um exemplo é a lavagem de carvão, quando unidades produtoras ilegais regularizam o produto com documentos falsos ou apresentando a produção como se fosse de uma unidade regularizada. O estudo também trata de reflorestamento de fachada, uso de terras públicas, contrabando de carvão do Paraguai e de como o desmatamento e a exploração do homem têm recebido apoio e investimentos públicos.

**Foram identificados grupos que usaram carvão vegetal de fontes que flagradas produzindo de forma ilegal. Entre eles, Libra Ligas, Rotavi, Sinobrás, Sidepar, Cosipar, Gusa Nordeste, Brasil Verde, Simasul, Vetorial, Grupo Itaminas, entre outros. Essas empresas, enquanto processavam esse carvão, estiveram conectadas comercialmente a grandes companhias como ArcelorMittal, Cosipa, Gerdau, Mahle, Fiat, Ford, General Motors e Volkswagen.**



**Principais polos de produção e consumo de carvão ilegal**

## Brasil: Fim aos Paraísos Fiscais 2012

[www.fimaosparaisosfiscais.org](http://www.fimaosparaisosfiscais.org) – 17.06.2012

### Sociedade e parlamento cobram medidas concretas para por Fim aos Paraísos Fiscais

Um dos motivos da busca por paraísos fiscais é a sonegação fiscal e essa evasão traz prejuízos diretos para a sociedade. “O Brasil e outros países em desenvolvimento deixam de arrecadar receitas tributárias que poderiam financiar políticas de promoção de direitos, como educação, saúde e alimentação”, afirmou Lucídio Bicalho, assessor político do Inesc.

Com a preocupação de deixar claro para cada cidadão como a questão dos paraísos fiscais interfere na vida da sociedade, organizações da sociedade civil e representante do parlamento debateram sobre o tema na manhã de hoje, 24/05, em evento na Câmara dos Deputados. As discussões fazem parte da programação da campanha “Fim aos Paraísos Fiscais 2012”, lançada recentemente no Brasil e tem como lema “Lidera, Dilma!”.

Mais de 50 organizações em todo o mundo se mobilizam para exigir que os líderes do G20 adotem medidas efetivas para por fim ao sigilo absoluto de jurisdições em matéria fiscal. Para que a presidenta Dilma Rousseff lidere a iniciativa, o cidadão/ã poderá entrar no site [www.fimaosparaisosfiscais.org](http://www.fimaosparaisosfiscais.org) e enviar uma mensagem que será encaminhada para a presidência da república. A campanha tem o objetivo de enviar o máximo de assinaturas da sociedade para chefes de Estado do G20 até Cúpula no México, que ocorrerá em junho deste ano.

Um dos motivos da busca por paraísos fiscais é a sonegação fiscal e essa evasão traz prejuízos diretos para a sociedade. “O Brasil e outros países em desenvolvimento deixam de arrecadar receitas tributárias que poderiam financiar políticas de promoção de direitos, como educação, saúde e alimentação”, afirmou Lucídio Bicalho, assessor político do Inesc.

Para Pedro Gontijo, secretário executivo da Comissão Brasileira de Justiça e Paz (CBJP), organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), “o grande gancho da campanha é descobrir como podemos fazer para que cada pessoa da sociedade perceba como a questão dos paraísos fiscais interfere na vida das famílias”.

Heráclio Camargo, Procurador da Fazenda Nacional e um dos diretores SINPROFAZ, acredita que a melhor forma para a sociedade entender e se interessar pelo assunto é explicar os dois tipos de contribuintes no Brasil. “Os que se identificam e pagam tributos e os invisíveis que não são identificados e não pagam tributos, porque sabem que não serão punidos por causa disso”, referindo-se as empresas estrangeiras, principalmente, aquelas com sede em paraísos fiscais, que não declaram seus sócios e últimos beneficiários. (...)

Segundo Celso Arruda França, chefe da divisão de cooperação financeira e tributária (DFC) do Itamaraty, nos últimos dois anos o Brasil avançou em relação à questão do combate aos paraísos fiscais. Segundo o representante do Itamaraty, esse foi um dos temas que mais avançou no âmbito do G20. Ele apontou o Brasil possui tratados e acordos que são utilizados como mecanismos de trocas de informação. “Há uma grande mobilização nessa área. Acredito que o que falte é um ajuste de tempo. O tempo da sociedade civil é diferente do tempo do governo”, afirmou. Celso ainda lembrou que o Ministro da Fazenda Guido Mantega assinou, em novembro de 2011, uma importante Convenção Multilateral em matéria fiscal, bem como outros países que possibilitará a cooperação.

Em 2011, na modalidade investimentos brasileiros diretos na forma de participação em capital, havia um estoque de US\$ 32,1 bilhões nas Ilhas Cayman, US\$ 16,2 bilhões nas Ilhas Virgens Britânicas e US\$ 12,9 bilhões para Bahamas.

Os trabalhos do evento foram conduzidos por Adhemar Mineiro, integrante da Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebríp) e assessor do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Estiverem presentes a Christian Aid, apoiadora da Campanha no Brasil, além do Movimento Fé e Alegria, o Deputado Chico Alencar (PSOL-RJ) e outras importantes entidades nacionais, como o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (SINDIFISCO). O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e Instituto de Justiça Fiscal apoiaram a realização do evento.

**Leia também: Nota Técnica que apresenta dados sobre Paraísos Fiscais**

## Barreiras comerciais argentinas

### Senado Brasil – CenárioMT – 08.06.2012

Barreiras comerciais argentinas a produtos brasileiros serão debatidas em audiência pública

Nos últimos meses, o comércio bilateral entre Brasil e Argentina vem enfrentando dificuldades mesmo sendo ambos os principais países do Mercado Comum do Sul, o Mercosul. O governo argentino criou barreiras comerciais a diversos produtos, o que vem prejudicando produtores brasileiros, principalmente na Região Sul. Esse cenário será o tema da audiência pública que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza na terça-feira (12), às 9h.

O protecionismo argentino vem travando o comércio com o Brasil, o que também já acarretou retaliações brasileiras a produtos daquele país. Mesmo assim, a Argentina continua sendo o terceiro maior parceiro comercial do Brasil, ficando atrás apenas da China e dos Estados Unidos.

Foram convidados para a audiência pública os presidentes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Artur Henrique da Silva Santos; da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah; da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), Heitor Müller; e do Sindicato das Indústrias de Máquinas e Implementos Agrícolas do Rio Grande do Sul, Cláudio Affonso Amoretti Bier.

Também devem participar o deputado federal Osmar Terra (PMDB-RS); o secretário de Desenvolvimento e Promoção do Investimento do Estado do Rio Grande do Sul, Mauro Knijnik; e o presidente em exercício da Força Sindical, Miguel Torres.

A audiência pública foi requerida pelo presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS). A vice-presidente do colegiado é a senadora Ana Rita (PT-ES).

## Argentina suspende acordo econômico com México

### Terra - 26 de junho de 2012

Argentina suspendeu nesta terça-feira por três anos seu acordo de complementação econômica com o México, que inclui trocas estratégicas na indústria automobilística, informou o jornal oficial argentino.

"Suspende-se a aplicação do Acordo de Complementação Econômica, assim como também o apêndice sobre o Comércio no Setor Automotor entre Argentina e México", afirmou o Jornal Oficial.

O governo da presidente Cristina Kirchner havia antecipado seu mal-estar com o déficit comercial com o México, que gira em torno dos US\$ 700 milhões no setor automotivo e mais de US\$ 2 bilhões no total, segundo dados oficiais mexicanos para 2011.

O acordo, assinado em 2002, estabelecia os prazos para a implementação do livre comércio no setor automotivo e promovia a integração e complementação produtiva de seus setores automotivos.

No início de 2012, o Brasil primeiro e a Argentina depois, levantaram a necessidade de renegociar os termos do convênio, e em abril passado, o Brasil conseguiu renegociar um acordo particular que estabelece limites para o fluxo comercial de veículos durante os próximos três anos.

A Argentina tentou fazer o mesmo, mas o México não aceitou. "A Argentina nos comunicou sua intenção de suspender os efeitos deste Acordo de Complementação Econômica, sob o argumento de um crescente déficit", particularmente no comércio bilateral de veículos leves, antecipou do México Bruno Ferrari, secretário da Economia.

O secretário disse que a "falta de competitividade da economia da Argentina se traduz por pouca seriedade no cumprimento de seus compromissos comerciais e, ao mesmo tempo, por um incremento na aplicação de medidas restritivas ao comércio".

A oferta de veículos mexicanos em 2011 foi de 15 modelos diferentes no mercado argentino, representando um total de 9,5% das vendas de veículos, segundo um relatório enviado à AFP pela consultoria abeceb.com. No entanto, como destino das exportações argentinas, o México representou em 2011 2,6% das vendas de automóveis ao exterior, de acordo com a mesma fonte.



## Cúpula Social do Mercosul repudia golpe contra Lugo

**CUT – 28.06.2012**

Representantes de movimentos sindicais e sociais estão reunidos na Argentina, discutindo estratégias de desenvolvimento para países membros do bloco regional

“Enquanto um cidadão paraguaio tem cinco dias para fazer sua defesa por uma multa de trânsito, o presidente Lugo teve apenas 30 horas para sua defesa, e ainda dizem que não foi um golpe”. Com esta frase, o presidente da CUT, Artur Henrique, iniciou sua palestra na quarta-feira (27), na Cúpula Social do Mercosul, que está sendo realizada na província argentina de Mendoza.

Estão participando da Cúpula Social cerca de 900 representantes de movimentos sociais e sindicais do Brasil, da Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Equador, Chile e Venezuela – países que fazem parte do Mercosul.

Em todos os discursos, representantes da sociedade civil e sindicalistas repudiaram o golpe parlamentar contra o presidente Fernando Lugo, e manifestaram sua total solidariedade ao povo paraguaio, que vive de dias de tensão e incerteza.

### Trabalho e Inclusão Social no Mercosul

O presidente da CUT, Artur Henrique, participou do painel “Trabalho e Inclusão no Mercosul – Uma Integração centrada nos povos”.

Segundo Artur, o grande desafio de curto e médio prazo dos países do Mercosul é se articular conjuntamente para enfrentar os efeitos da crise econômica mundial cada vez mais presentes na região.

As resistências da União Europeia e dos Estados Unidos em assumir uma agenda desenvolvimentista, disse ele, demonstra que continuarão a proteger o sistema financeiro e a tentar transferir a crise para os países em desenvolvimento e mais pobres. Na avaliação do dirigente, a postura dos chefes de Estado durante a Rio+20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada na semana passada no Rio de Janeiro, mostrou que eles estão cada vez mais dispostos a transferir para esses países o custo da destruição ambiental que suas indústrias produziram.

“É preciso que tenhamos clareza de que as crises não são solucionadas com orientação do FMI e do Banco Mundial e de que os países do Mercosul devem assumir uma postura de bloco nos fóruns e organismos multilaterais para pressionar para que as decisões visem a reforma dos atuais sistemas financeiros, controle e taxação da especulação financeira, prioridade de investimentos públicos e programas de apoio ao desenvolvimento sustentável”, apontou Artur .

Ainda citando os debates e os resultados da Rio+20, o presidente da CUT disse que “as variáveis social e ambiental têm de estar acima dos interesses econômicos de curto prazo. E como deixamos claro na Cúpula dos Povos da Rio+20, a agenda do movimento sindical é muito clara: Não alcançaremos um desenvolvimento sustentável se não tivermos trabalho decente, direitos garantidos e justiça social e ambiental”, argumentou Artur.

Para ele, o golpe no Paraguai demonstra a necessidade de enfatizar o lado político do bloco e, como tal, que devem ocupar o lugar de destaque dessa Cúpula Social. Porém, afirmou, não se pode deixar de tratar dos problemas econômicos e produtivos que o Mercosul enfrenta e que se agravaram no último ano.

“É preciso ter vontade política, debater no Mercosul não apenas a integração produtiva, mas, também, a social. E nós temos que ter muita unidade para alcançarmos um desenvolvimento sustentável e integração de nossa região, onde os povos têm de ser o centro”.

Artur falou, ainda, da necessidade de fortalecer o Mercosul e seus organismos, e das contrapartidas sociais que precisam ser exigidas em todos os empréstimos feitos por bancos públicos a iniciativa privada. “Não pode ter liberação de dinheiro público para empresas que não respeitam direitos conquistados pela classe trabalhadora, que impedem a organização no local de trabalho e se negam a negociar com os representantes dos trabalhadores. Temos de fortalecer também a participação social”, disse o dirigente CUTista.

## La CCSCS ratificó su respaldo al pueblo paraguayo

**CCSCS, Montevideo, 29/06/12**

En el marco de la XV Cumbre Social del Mercosur que se lleva a cabo en Mendoza, la Coordinadora de Centrales Sindicales del Cono Sur (CCSCS) ratificó su respaldo al pueblo paraguayo y su repudio a la destitución del presidente democráticamente elegido, Fernando Lugo.

Se trató, según la CCSCS, de un proceso “absolutamente ilegítimo”, que va en contra de la “institucionalidad democrática” de la región, y que terminó dejando en claro “una nueva maniobra golpista” en el corazón de América del Sur.

Las centrales obreras de la región recuerdan en su declaración que el mismo Parlamento que destituyó a Lugo hace una semana ya había tomado otras decisiones cuestionables en los últimos meses, entre ellas la aprobación de la ley que regular las micro, pequeñas y medianas empresas (Mipymes).

Esa normativa, según la CCSCS, menoscaba los derechos laborales y rebaja la ley laboral y la constitución del país. La ley fue vetada por el Ejecutivo y nuevamente aprobada por ese congreso “que responde a intereses de grupos económicos y no de su pueblo”, señalan desde la Coordinadora.

En este escenario, la CCSCS resolvió respaldar las decisiones tomadas por la UNASUR, el Mercosur y la CELAC de suspender a Paraguay en estos espacios regionales, hasta tanto no exista un gobierno legítimamente constituido en Paraguay.

“El gran perjudicado por la acción criminal del congreso paraguayo son el pueblo y la calidad de vida de los hermanos paraguayos”, sentencian desde la CCSCS, que insta a los gobiernos de la región a que se apliquen sanciones a Paraguay en todos los ámbitos políticos y que considere “ilegítimo” el gobierno golpista encabezado por Federico Franco

“Desde nuestras centrales sindicales nos comprometemos a apoyar, con acciones solidarias y en articulación con otros actores, a la CNT y CUT-Auténtica de Paraguay, en su lucha por la recuperación plena de la democracia”, concluyen.

**Descargar declaración:**

### **Paraguay é suspenso e Venezuela vira membro-pleno**

**Carta Capital – 29.06.2012**

No encerramento da 43ª cúpula do Mercosul, a presidente da Argentina, Cristina Kirchner, anunciou a decisão do bloco em suspender o Paraguai até que sejam realizadas novas eleições presidenciais democráticas no país. A decisão ocorreu porque os integrantes do mercado comum sul-americano consideraram a destituição de Fernando Lugo na última semana uma ruptura da ordem democrática. Além disso, com o Paraguai suspenso, a Venezuela será incorporada como membro pleno do bloco a partir de 31 de julho deste ano, em cerimônia a ser realizada no Rio de Janeiro.

Como esperado, as sanções contra o Paraguai foram “leves” e políticas, mas não econômicas. O país não poderá participar de nenhum evento do Mercosul até que o novo presidente assumo o poder em agosto de 2013. “Não serão aplicadas sanções econômicas contra o Paraguai, já que nosso objetivo é a melhora econômica das pessoas que moram no Cone Sul e no resto da América do Sul”, disse Kirchner.

A suspensão paraguaia também abriu espaço para a incorporação venezuelana. O movimento que já era visto como possível por diplomatas. O país do presidente Hugo Chávez havia solicitado a adesão ao bloco, com o pedido aceito por Brasil, Argentina e Uruguai. O Congresso paraguaio era o único a bloquear o pedido. No anúncio da adesão, assinado por Kirchner, a presidenta Dilma Rousseff e o presidente uruguaio, José Mujica, o bloco chama outros países a aderirem ao mercado comum.

A dependência de nações vizinhas fica clara nos dados. Uruguai, Brasil e Chile (que não integra o Mercosul) são os maiores compradores de produtos paraguaios, enquanto principais vendedores são China, Brasil e Argentina, segundo dados da Organização Mundial do Comércio (OMC). Por outro lado, o Paraguai não aparece entre os cinco principais parceiros dos países do Mercosul em exportação ou importação, um indicador de que tem pouca relevância comercial para estes Estados, embora eles representem considerável parte de sua renda.

## Europa: Sindicalismo y crisis

**Alvaro Orsatti – 08.06.2012**

Reporte desde Ginebra sobre la conferencia sindical europea “Los derechos laborales vulnerados por la crisis”

El 7 de junio, durante la Conferencia de la OIT en Ginebra, representantes del sindicalismo europeo se reunieron para informar a los participantes de otros países sobre la situación laboral en el continente, y las estrategias sindicales dirigidas a influir sobre ella.

Fueron tres las centrales representadas: UGT-España, por Candido Méndez, CCOO, España, por Ignacio Fernandez Toxo, DGB-Alemania, por Wolfgang Luterbach, de DGB-Alemania, y GSEE-Grecia, por Zoe Lamara-Tzotze. Asimismo, intervinieron CSI, por Sharan Burrow y Luc Coortebeck y CES, por Bernardette Segol.

El origen de la reunión fue informar sobre la denuncia (presentada en mayo ante la OIT) de las dos centrales españolas sobre la reforma laboral en ese país. Pero la reunión se realizó en momentos en que los empleadores acababan de llevar a la suspensión de la discusión de los casos nacionales en la Conferencia, por lo que éste fue un segundo tema permanentemente mencionado por los expositores.

España

Cándido Méndez planteó que el sindicalismo español, en 2011-12, hizo un ejercicio valioso de búsqueda de equilibrios, con la firma de dos acuerdos: el primero sobre pensiones y el segundo sobre contención salarial y negociación colectiva, que reconocían la presencia de la crisis y buscaba preservar principios de equilibrio.

El único secreto para que las reformas laborales tengan algún efecto positivo es que sean negociadas, pero éste no fue el caso: la reforma del nuevo gobierno fue impuesta y fracasará, al no resolver el paro. Esta reforma busca también una alteración sustancial en los valores vigentes en el campo laboral: la negociación colectiva y la garantía de tutela judicial.

Se busca reproducir el comportamiento de la sra. Thatcher en su momento, violentando el dialogo social. Pero habrá un fracaso económico, político y moral de estas políticas. Puede decirse también, como lo ha hecho Habermas, que por primera vez en Europa también está en peligro la democracia. La economía de mercado es compatible con la democracia cuando se la practica como economía social de mercado.

Méndez terminó aludiendo al título de esta nota: “el sindicalismo tiene vocación de salmón de río de montaña: nada contra la corriente. Pero otra cosa es nadar con las manos atadas y un lastre en los pies, mientras las políticas de ajuste entierran a la sociedad, y los gobiernos piden que escarbemos, con lo que nos sumergimos un poco más. Oírnos nos oyen, pero no nos escuchan. En cierto momento hay que actuar, pasando del dicho al hecho”.

Fernández Toxo comenzó diciendo que “no todo va mal en España: lo que va muy bien es la unidad sindical de acción entre CCOO y UGT”. Esto es patente desde el giro neoliberal iniciado en mayo del 2010. En el plano europeo, propuso reflexionar sobre “la propia idea de Europa, en cuanto a un mal punto de partida y de concepción de la unión monetaria: el euro nació sin instrumentos de gobierno (fiscalidad, presupuesto, reserva federal) que permitan contrarrestar la presión financiero.

Europa presenta un flanco débil ante los mercados, y la dinámica de reformas es un subproducto de esta situación. Se intenta un cambio de paradigma respecto del pacto social implícito de posguerra: el Modelo Social Europeo.

Se considera que, al incorporarse a la economía global actual, Europa no podría sostener el modelo global, si quiere competir con ventaja. Los dos grandes cambios son el cuanto a la primera distribución de la riqueza, vía negociación colectiva, y la segunda, a través de los impuestos y cotizaciones. Compartió el enfoque sobre la pérdida de calidad de la democracia, ejemplificando con la casi unanimidad en la no realización de referéndum respecto del ajuste. >>>

## Europa: Sindicalismo y crisis (cont.)

Frente a esta situación, el sindicalismo es la “última trinchera”, lo que otros consideran una “rémora” para que este programa se instale definitivamente.

Se necesita combatir estas políticas en el propio espacio europeo, presentando alternativas en lo económico y social, además de “salir a la calle”. Es el objetivo de la propuesta de Contrato Social de la CES, para movilizar a la población.

### Alemania

DGB se propuso destacar que la situación laboral en Alemania es tan grave como en los otros países de la región, lo que se evidencia en la fuerte presencia de la precarización laboral en Alemania: 7.7 millones, con un crecimiento del 45% en diez años. Situaciones como la cesión de trabajadores por agencias de trabajo temporal han crecido aún más: 150% en ese mismo lapso.

Por ello, es solidaria con las huelgas en Grecia y España así como con los jóvenes que se largan a la calle, en la batalla común contra la demonización del Estado Social.

Los sindicatos no solo deben luchar a favor de una mejora en las condiciones materiales sino defender los logros de la democracia y el Estado Social, respecto de los cuales pareciera que los gobiernos no son capaces de garantizarlos plenamente. DGB terminó prometiendo su participación en favor de la causa sindical española.

### Europa

La CES anunció la decisión que acababa de tomarse en la Confederación respecto de la presentación a fin de mes, en ocasión de la Cumbre Europea, de una propuesta de Pacto Social. El objetivo es la búsqueda de un cambio en la retórica y en la mitología que actualmente los gobiernos utilizan en relación a la crisis.

Teniendo en cuenta que el sindicalismo está convencido que la receta actual no va a funcionar. Se observan algunas reacciones de los gobiernos que van en la dirección correcta del crecimiento, pero ello no es exactamente lo que quiere el sindicalismo, ya que también se piden reformas estructurales que mantienen características tradicionales. La propuesta de Pacto está dirigida a señalar que los ciudadanos no desean esta Europa. Y que por ello no van a apoyar a una Union Europea que eche por tierra lo alcanzado.

Sharan Burrow intervino brevemente para destacar el aumento de la desigualdad y la pobreza, así como a sincerarse sobre que la próxima generación muy posiblemente vivirá peor que sus padres, mientras que los bancos siguen siendo rescatados y se ataca a los trabajadores, mediante una “guerra laboral”, en un contexto general que ha sido “secuestrado”.

Se necesita retomar una mejor distribución del ingreso mediante la negociación colectiva y crear una unión fiscal y política. También felicitó a las centrales españolas por el acuerdo sobre negociación colectiva, el cual, si bien fue finalmente pisoteado, era excepcional y maduro.

### La avanzada empleadora en OIT

Sobre el episodio que acababa de desarrollarse en la Conferencia, Sharan Burrow se preguntó sobre “qué persona puede hablar contra el derecho a huelga”? También Fernández Toxo consideró que lo sucedido fue una estrategia predeterminada de los empleadores, que ojalá quede como un episodio desagradable y no influya en el futuro.

Asimismo, Luterbach consideró que, por un lado, fue un “ejercicio de soberbia empresarial y de venganza barata de malos perdedores por el nombramiento de Guy Ryder como director general de OIT y, por el otro, sino un ataque frontal a toda la institución. Lo que hay detrás es un proyecto de largo plazo por debilitar a la OIT, ante lo cual hay que reaccionar en forma contundente”.

## ONU: Tratado sobre o Comércio de Armas

Adital – 12.06.2012

### Ativistas se mobilizam ante os debates em torno de um tratado histórico de comércio de armas

Há décadas, o comércio internacional de armas irresponsável e mal regulado contribuiu para que a cada ano pelo menos um milhão de pessoas morressem, ficassem feridas, sofressem tortura e outros graves abusos contra os direitos humanos, inclusive violência sexual.

Em julho, todos os governos do mundo se reunirão na sede da ONU em Nova York e dedicarão um mês às negociações para acordar um Tratado sobre o Comércio de Armas (TCA) de alcance mundial, o primeiro deste tipo.

Se os líderes mundiais aprovam o texto adequado, este novo tratado estabelecerá controles estritos sobre transferências internacionais de armas quando exista a possibilidade de que contribuam à comissão de abusos contra os direitos humanos.

Ante essas negociações, ativistas da Anistia Internacional em todo o mundo estão pedindo aos governos que apoiem um acordo o mais sólido possível.

"Ao negociar um tratado efetivo baseado na proteção dos direitos humanos, os governos do mundo podem colocar fim às transferências irresponsáveis de armas que a cada ano contribuem para a morte de mais de meio milhão de pessoas e a que milhões mais fiquem feridas, sofram uma brutal repressão, sejam vítimas de violação ou sejam obrigadas a fugir de seus lares", declarou Brian Wood, diretor da Campanha Armas sob Controle da Anistia Internacional.

"Pedimos aos governos – especialmente aos 'Seis Grandes' exportadores de armas – que recusem o projeto da 'bolsa de cadáveres', que simplesmente consiste em recorrer a um embargo de armas imposto pela ONU quando a população já tenha sumido em uma catástrofe de direitos humanos".

Entre todos, os **"Seis Grandes" países exportadores de armas: Alemanha, China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia**, fornecem três quartos do valor das armas que existem no mundo.

Estes Estados – entre os quais se encontram os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU -, desempenham um papel fundamental nas negociações de julho.

Para que o tratado seja efetivo, deve-se exigir aos governos que levem a cabo uma rigorosa avaliação dos riscos para os direitos humanos antes de decidir se autorizam uma transação ou transferência de armas, e que informem publicamente e de forma periódica sobre todas as autorizações e os envios.

O comércio sem autorização ou o desvio ilegal devem constituir delito, e os Estados que não cumprirem com as obrigações estabelecidas no TCA devem prestar contas.

À medida que vão se aproximando as negociações do TCA – e especialmente durante a próxima semana -, ativistas de todo o mundo pressionarão a cada um dos "Seis Grandes" exportadores de armas para chamá-los a que respaldem um tratado "a prova de balas" que ponha fim ao abastecimento de armas com que se cometem atrocidades e abusos.

El **MultiNoticias** es un boletín electrónico auspiciado por el **Proyecto FES Sindical Regional**.

Su objetivo es brindar más elementos de análisis a las organizaciones sindicales de las Américas sobre las principales actividades y políticas de las Empresas Multinacionales, Mundiales y Multilaterales, así como del movimiento sindical, Federaciones Sindicales Internacionales y otros, que actúan en su entorno.

Los artículos que integran este boletín son de exclusiva responsabilidad de sus autores y no reflejan necesariamente el pensamiento de la FES.